



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 77/2014
PROCESSO N. 6283/2014

1 - PREÂMBULO

1.1 - Pelo presente processo, o Município de São José do Rio Pardo torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** a ser regida pela Lei Federal nº. 10.520/02, pela Lei Municipal nº. 2670/03, regulamentada pelo Decreto Municipal n. 3.596/06, pelo Decreto Municipal nº. 3.825/09, pela Lei Complementar nº. 123/06, e pelas demais disposições contidas neste edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93.

1.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

I – Termo de referência;

II – modelo de proposta;

III – modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

IV – modelo de declaração para os fins do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição da República de 1988;

V – modelo de declaração de não impedimento por parte do licitante, de participar da licitação ou de contratar com a Administração Pública;

VI – modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP;

VII – modelo de declaração relativa à Constituição Estadual de São Paulo, artigo 117.

VIII – minuta da ata de registro de preços.

IX – Decreto Municipal nº 3.950, de 21 de março de 2011.

X – Termo de Ciência e Notificação

2 – DO OBJETO

2.1 – A presente Licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de material e equipamentos de laboratório para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Laboratório Municipal, conforme especificações técnicas constantes no anexo I.

3. DA ENTREGA DE ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.

3.1 - Os envelopes contendo as propostas e os documentos para habilitação deverão ser entregues pelos proponentes no endereço, data e horário abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA.

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 01, CENTRO – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO / SP

17 de novembro de 2014 às 08:00 horas.

A Abertura da licitação será no endereço: Rua Adolfo Bacci – nº 50, Centro – São José do Rio Pardo/SP

Endereço para Correspondência: Praça dos Três Poderes – 01, Centro – São José do Rio Pardo/SP.

4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

332.020601 Fundo Municipal de Saúde

10 Saúde

44905200 Equipamentos e Material Permanente

0425 Saúde para todos

122 Administração Geral

2025 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

013100000 saúde-geral

303.020601 Fundo Municipal de Saúde
33903000 Material de consumo
122 Administração Geral
10 Saúde
0425 Saúde para todos
2025 manutenção do Fundo Municipal de Saúde
013100000 saúde-geral

336.020601 Fundo Municipal de Saúde
33903000 Material de consumo
301 Atenção Básica
10 Saúde
0025 Saúde para todos
2055 Bloco de Atenção Básica
053000001 Bloco de atenção básica

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1 – Poderá participar do certame a pessoa jurídica que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação.
- 5.2 - Não será permitida a participação de empresas:
- 5.2.1 - Estrangeiras que não funcionem no País;
- 5.2.2 - Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 5.2.3 - Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 5.2.4 - Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;
- 5.2.5 - Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei 9.605/98;
- 5.2.6 - Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

6 - DO CREDENCIAMENTO

6.1- Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

6.1.1- Quanto aos representantes:

- a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a";
- c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;
- d) O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários
- f) Será admitido apenas **1 (um) representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

6.1.2- Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

- a) **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

6.1.3- Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

a) **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VI deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) nº 2 (Habilitação).

6.4 - Os documentos para credenciamento NÃO deverão ser entregues dentro dos envelopes.

7 - DOS ENVELOPES

7.1 - Para participar da presente licitação, o licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, 02 envelopes, fechados, contendo em suas partes externas o seguinte:

ENVELOPE Nº 01

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 0077 / 2014
LICITANTE: (razão social da empresa)
PROPOSTA**

ENVELOPE Nº 02

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 0077/ 2014
LICITANTE: (razão social da empresa)
HABILITAÇÃO**

7.2 - O envelope nº 01 (ENVELOPE-PROPOSTA) deverá conter em seu interior, **a proposta de preços**, preferencialmente, redigida com base no modelo de proposta, ANEXO II deste edital, devendo **obrigatoriamente**, constar:

- nome, endereço e CNPJ do proponente;
- número do processo e do pregão;
- valores conforme especificado abaixo, no subitem 7.2.1;
- indicação de marca, modelo, procedência e outros fatores que identifiquem os produtos cotados, conforme as especificações do Termo de Referência (Anexo I);
- informação de que o preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável;
- informação de que o prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- assinatura do representante legal do proponente.

7.2.1 - A proposta deverá ser datilografada/digitada ou impressa por qualquer processo mecânico, redigida em linguagem clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, contendo uma única proposta com preço unitário e total por item em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, conforme o anexo II deste edital, em envelope fechado, com assinatura do responsável legal da proponente. Em caso de divergência entre o valor unitário e os totais, será considerado o primeiro.

7.3 - Cada concorrente deverá computar no preço que cotará, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

7.4 - Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexecutável no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.

7.5 - Serão aceitas propostas escritas enviadas pelo correio ou entregues por portador sem poderes para praticar atos durante a sessão. O portador da proposta não poderá ofertar lances ou praticar qualquer ato referente ao certame em favor da proponente durante a sessão.

7.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.7 - Não serão aceitos preços cujos valores unitários seja, iguais a 0 (zero) inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores ao praticado no mercado;

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1 – No envelope nº 02 (ENVELOPE DE HABILITAÇÃO), o licitante deverá apresentar para fins de habilitação no presente pregão, os seguintes documentos:

8.2 - **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

b) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

c) Os documentos relacionados no subitem "a" não precisarão constar do Envelope nº 2 - Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

8.3 - **REGULARIDADE FISCAL**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c.2) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** declaração de isenção **ou** de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei; e

c.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;

d) Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

f) Certidão emitida com base no art. 642 A, da Consolidação das Leis do trabalho, acrescentando pela Lei 12.440 de 07/07/2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho de 24 de agosto de 2011 -Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

mesmo que esta apresente alguma restrição;

g.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

g.2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem g.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02.

8.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já forneceu os produtos similares do objeto da presente licitação;

a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome do licitante e indicar quantidades que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto similar licitado, relativos somente aos itens ofertados;

8.6 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho (Anexo IV deste Edital);

b) declaração assegurando a inexistência de impedimento legal por parte da proponente para licitar ou contratar com a Administração (Anexo V deste Edital);

c) declaração relativa à Constituição Estadual de São Paulo, artigo 117 (Anexo VII deste Edital);

8.7- DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

8.7.1 - Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

8.7.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

8.7.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

8.7.4 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

a) Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta nos itens 8.2 a 8.6;

8.7.5 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante;

8.7.6 - O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos *sites* dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

8.7.7 - Todos os documentos apresentados permanecerão no processo licitatório.

8.7.8 - Nenhum documento será devolvido, exceto os envelopes dos licitantes desclassificados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

9 – DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1- No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 6.1.

9.2- Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os envelopes nº. 1 e nº. 2, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

9.3- O julgamento da licitação será pelo **menor preço por item**, sendo considerada vencedora a empresa que atender às exigências do edital e ofertar o menor preço;

9.3.1- Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o valor por extenso e as correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

9.4- A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

9.4.1- Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

9.4.2- Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais licitantes;

9.4.3- Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.

9.5- Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

9.6- As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

9.6.1- Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

9.6.2- Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de três. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;

9.6.3- O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

9.6.4- O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.7- Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço. **Não se admitirão lances iguais a preços já ofertados, forçando empate de valores; também não se admitirão lances ínfimos, assim considerados os inferiores ao equivalente a 1,00% (hum por cento) do menor preço estimado obtido para o item, arredondado;**

9.8- A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.9- Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

9.9.1- Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

9.9.2- A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.9.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

b1) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

9.9.3- O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.9.4- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.9.1;

a) Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no item 9.9.4, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

9.10- Após a fase de lances serão classificadas na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 9.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

9.11- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

9.12- O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

9.13- Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.14- Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital;

9.15- Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

9.16- A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.17- Esta Prefeitura não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

9.18- Constatado o atendimento pleno aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor.

9.19- Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

9.20- Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

9.21- O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10- IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1- Até **dois dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

10.2- Eventuais solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro, subscritor deste Edital, protocoladas na Secretaria Municipal de Gestão Pública – Setor de Licitações e Contratos, localizada na Praça dos Três Poderes, 01 – Centro.

10.2.1- Admitem-se solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações por intermédio do e-mail licitacao@saojosedoriopardo.sp.gov.br, ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo de 48 horas;

10.2.2- Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

10.3- A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

10.4- Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de três dias que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

10.4.1- A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

10.4.2- Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

10.4.3- Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório;

10.4.4- O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.4.5- Os recursos devem ser protocolados na Secretaria Municipal de Gestão Pública – Setor de Licitações e Contratos, no endereço descrito no item 10.2.

11 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 3.825/09, pelas disposições deste Edital e demais normas complementares;

11.2. No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados;

11.3. A existência de preços registrados não obriga o Município de São José do Rio Pardo a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Registro a preferência em igualdade de condições;

11.3.1. O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso o Município opte por realizar a aquisição através de licitação específica, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o detentor do Registro de Preços terá assegurado seu direito à contratação;

11.4. Uma vez registrados os preços, o Município poderá convocar o detentor do Registro a fornecer os itens ora licitados, na forma e condições fixadas no presente Edital e na Ata de Registro de Preços;

11.5. Encerrado o processo licitatório para Registro de Preços, será firmado entre o Município e os detentores dos preços registrados, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que, depois de cumprido os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital;

11.6. Durante a vigência do Registro de Preços, o Município convocará os detentores, obedecida à ordem classificatória, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços, através da emissão de Ordem de Fornecimento, na qual deverá ser anexada à respectiva Nota



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

de Empenho.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Da homologação e assinatura da Ata de Registro de Preços;

12.1.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro(a) convocará o licitante vencedor para a assinatura da respectiva ata, com a prévia homologação do resultado pela Autoridade Competente;

12.1.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o processo licitatório e determinará a assinatura da ata, no prazo previsto neste edital;

12.1.3. Homologado o resultado desta licitação, a PREFEITURA, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará as interessadas para que assinem a Ata de Registro de Preços, que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

12.1.4. O prazo para assinatura será de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação. A recusa injustificada da licitante notificada em assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidas neste Edital caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito ao registro de preços, bem como às penalidades cabíveis, previstas neste Edital e na Legislação pertinente;

12.1.5. A licitante que não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Prefeitura de São José do Rio Pardo.

12.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.2.1. A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93;

12.2.2. Os preços registrados e a indicação dos respectivos bens a serem fornecidos serão divulgados no meio oficial do município ficando disponibilizados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

12.2.3. As contratações decorrentes do registro obedecerão à ordem de classificação dos fornecedores constantes na Ata;

12.2.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n. 8.666/93 e no Decreto 3.825/09.

12.3. DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.3.1. A Ata de Registro de Preços terá prazo de validade máxima de 01 (um) ano, computadas neste as eventuais prorrogações, a contar da data de sua publicação original, observado o disposto no Decreto 3.825/09;

12.4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12. 4.1. A detentora dos preços registrados terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

estabelecido pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público.

12.4.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente;

12.4.3. A Detentora dos Preços Registrados poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12.5. DO REEQUILIBRIO OU REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a PREFEITURA as necessárias negociações junto as Detentoras dos Preços Registrados;

12.5.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA deverá:

a) Convocar a detentora dos preços registrados visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) Caso seja frustrada a negociação, a Detentora dos Preços Registrados será liberada do compromisso assumido; e,

c) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

12.5.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Detentora dos Preços Registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA poderá:

a) Liberar a Detentora dos Preços Registrados do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Ordem de Fornecimento; e,

b) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

12.5.4. Não havendo êxito nas negociações, a PREFEITURA procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

12.5.5. O requerimento de que trata o subitem 12.5.3 deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela detentora dos preços registrados;

12.5.5.1. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de documentos que comprovem a solicitação, tais como: requerimento com justificativa; lista de preços de fabricante; notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos; nota fiscal referente a compra do produto na época da realização do certame e a atual do fornecedor ou de concorrente; documentos que comprove o transporte de mercadorias incluindo pedágio e fretes, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços;

12.5.5.2. Junto ao requerimento, a detentora dos preços registrados deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado, e demais comprovantes que se mostrarem pertinentes ao caso ou que sejam solicitados pelo Órgão Gerenciador;

12.5.5.3. A PREFEITURA, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à análise para reequilíbrio ou revisão dos preços;

12.5.5.4. Os preços inicialmente registrados, deverão permanecer inalterados, pelo período de validade da Ata de Registro de Preços, salvo a ocorrência das excepcionalidades já mencionadas e desde que devidamente comprovadas pela licitante e, posteriormente, acatadas pelo Órgão Gerenciador da Ata;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

12.5.5.5. Os pedidos de atualização dos preços se necessário tal equilíbrio, só serão recebidos se a contratada comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme exigência do sub item 12.5.5.1 e 12.5.5.2;

12.5.5.6. O documento do licitante que solicita o reequilíbrio econômico-financeiro, deverá ser protocolado na Secretaria Municipal de Gestão Pública;

12.5.5.7. O documento solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro será apreciado pelas autoridades competentes e submetida ao Setor Jurídico do Município, para efeitos de parecer e análise;

12.5.5.8. As alterações decorrentes do reequilíbrio e/ou revisão dos preços serão publicadas e ficarão disponibilizados em meio eletrônico na página da PREFEITURA durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

12.5.5.9. É vedado à Detentora dos Preços Registros interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão ou reequilíbrio de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções pré-definidas neste Edital e na Legislação pertinente.

12.5.5.10 Não serão aceitos pedidos de reajuste (conforme art. 2º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, no período de vigência da presente ata).

§ 1º "É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano"

12.6. DA CONVOCAÇÃO PARA O FORNECIMENTO

12.6.1. Serão executoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar;

12.6.2. A convocação para os serviços será feita através da emissão e encaminhamento da ordem de fornecimento à detentora dos preços registrados;

12.6.3. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, estará sujeita as penalidades explicitadas neste Edital e na Legislação em vigor e ainda, a Administração convocará a empresa subsequentemente classificada, na devida ordem classificatória, para efetuar os fornecimentos, podendo ser registradas tantas empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item;

12.6.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços;

12.6.6. Os fornecimentos desta licitação deverão ser executados acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho;

12.6.7. A licitante detentora da Ata de registro de preços ficará obrigada, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de registro de preços e referentes a este Pregão, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma;

12.6.8. Em cada serviço, se a quantidade e/ou qualidade do serviço entregue não corresponder ao exigido neste Edital e na Ata de Registro de Preços, a detentora será convocada para, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério do Órgão Gerenciador da Ata e da Autoridade Competente.

13. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo as necessidades da unidade requisitante, a qual emitirá ordem de fornecimento durante a vigência do contrato, conforme as condições estabelecidas no Anexo I (Termo de referência) deste certame;

13.2. A execução do objeto será acompanhada, conforme o caso, nos termos dos arts. 67 a 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

13.3 - A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com as especificações constantes do termo de referência (art. 76 da Lei Federal nº. 8.666/93).

13.4 – O fornecimento será objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, "a", da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.5 – O fornecimento será objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, "b", da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.6 – O(s) contratado(s) fica(m) obrigado(s) a substituir o(s) produto(s) que vier(em) a ser recusado(s), sendo que o recebimento previsto no subitem 13.4 não importará sua aceitação.

13.7 – O prazo para o fornecimento será de 10 (dez) dias, contadas do recebimento, pelo fornecedor, de cada solicitação de fornecimento (Ordem de Fornecimento).

13.8. O não atendimento do prazo fixado do item 12.1.4 implicará em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento devido ao (s) contratado (s) será efetuado **MENSALMENTE em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal**, mediante depósito na conta bancária fornecida pelo licitante vencedor, ficando ainda condicionado ao seguinte:

a) Apresentação de atestados expedidos pela Secretaria ordenadora da despesa que comprovem a efetiva e satisfatória entrega do objeto do presente edital.

b) Apresentação de certidões negativas de débito relativas à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) atualizadas.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO

15.1. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento dos bens objeto desta licitação;

15.2. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

16. DAS SANÇÕES

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, demais penalidades legais e no Decreto Municipal nº. 3.950, de 21 de março de 2011 – Anexo IX, que a detentora da ata declara conhecer integralmente.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, bem como anulá-la por ilegalidade, — de ofício ou por provocação de terceiros — mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurados sempre o contraditório e a ampla defesa.

17.2 - Os termos, cláusulas e condições de quaisquer anexos deste edital ficam dele fazendo parte integrante, sem necessidade de transcrição.

17.3 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelos Pregoeiros.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

20.2 - Este edital acha-se disponível na página da internet: www.saojosedoriopardo.sp.gov.br, podendo também ser retirado diretamente na Secretaria Municipal de Gestão Pública de São José do Rio Pardo - SP, situada à Praça dos Três Poderes, 01 – Centro, no horário compreendido entre 09:00 e 17:00 horas, ou pelo e-mail licitacao@saojosedoriopardo.sp.gov.br

20.3 - Os casos omissos e as dúvidas relacionadas a este edital — expostos por escrito — serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo Secretário Municipal de Gestão Pública, no horário entre 09:00 e 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo - SP, até 02 (dois) dias antes do pregão.

São José do Rio Pardo, 28 de outubro de 2014.

João Batista Santurbano
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

PREGÃO Nº 77/14 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 – JUSTIFICATIVA:

Essa aquisição se faz necessária pois o Laboratório Municipal tem um gasto de produtos próprios para laboratório mensal de 58999,08 itens com uma estimativa anual de 747.999 itens em reagentes para a realização de exames de bioquímica, hematológico, sorológico, urina, parasitologia e baciloscopia, vidraria e produtos para coleta, limpeza e esterilização de vidraria para atender a população de São José do Rio Pardo.

Os itens 15 ao 37, 52 ao 54 e 84 ao 89 pedidos, são para os equipamentos Labmax Pleno, SDH 20, Micros ABX 60 e Osmose Reversa da Permution, os calibradores usados nos equipamentos devem ser da mesma marca dos reagentes oferecidos.

A empresa deverá indicar funcionários aptos para desempenharem assessoria técnica e científica. E se comprometerá a reprogramar os equipamentos para uso desses reagentes, sem custo para a Prefeitura.

Os reagentes para os exames de colesterol total, HDL e Triglicerídeos necessitam ser da mesma marca, pois para se realizar a fração do colesterol VLDL, é necessário se fazer conta dos resultados dos exames acima para se achar o resultado, visto que não existe reagente específico para VLDL. Se for comprado reagentes de marcas diferentes ocorrerá divergência no resultado, por que de uma marca para outra existem variações de valores de referência.

2 – OBJETO:

O objeto da presente Licitação será processado pelo Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de material e equipamentos de laboratório para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Laboratório Municipal, conforme especificações técnicas constantes neste anexo.

3 – ESPECIFICAÇÕES DA EXECUÇÃO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS:

3.1. A empresa detentora da ATA receberá a Ordem de Fornecimento e a Nota de Empenho e deverá entregar os objetos cujos preços estiverem registrados no endereço fornecido na OF (ordem de Fornecimento).

3.2. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, juntamente com a Nota de Empenho, a Empresa detentora da ATA deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 10 (dez) dias, no local e horários indicados no subitem acima.

ITEM	CÓD.	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	350450	150.000	UNID.	TUBO A VÁCUO 4ML COM GEL (TAMPA AMARELA) 12X75 OU 13X75	0,695	104.250,00
2	350468	75.000	UNID.	TUBO A VÁCUO 4ML EDTA (TAMPA ROXA) 12X75 OU 13X75	0,429	32.175,00
3	350965	1.000	UNID.	TUBO VACUETTE 5ML COM GEL (TAMPA VERMELHA)	0,699	699,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

4	350666	40.000	UNID.	TUBO A VÁCUO 4ML FLUORETO DE SÓDIO (TAMPA CINZA) 12X75 OU 13X75	0,452	18.080,00
5	350273	40.000	UNID.	TUBO A VÁCUO 5ML SEM GEL (TAMPA VERMELHA) 12X75 OU 13X75	0,45	18.000,00
6	350287	20.000	UNID.	TUBO A VÁCUO 10ML SEM GEL (TAMPA VERMELHA)	0,604	12.080,00
7	351005	60.000	UNID.	AGULHA PARA TUBO A VÁCUO 25X8	0,379	22.740,00
8	351006	30.000	UNID.	AGULHA PARA TUBO A VÁCUO 25X7 (PRETA)	0,339	10.170,00
9	350.979	100	UNID.	SUPORTE OU CANHÃO PARA TUBO A VÁCUO	0,353	35,30
10	350164	300	UNID.	ESCALPE 23 PARA VÁCUO	1,89	567,00
11	350166	300	UNID.	ESCALPE 25 PARA VÁCUO	2,17	651,00
12	350510	6	CX	COLETOR PERFURO CORTANTE PARA AGULHAS DE VÁCUO	11,133	66,798
13	351.045	1.000	TES	DETERMINAÇÃO DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA (C/ PADRÃO) MÉTODO TROCA IÔNICA, SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO), E REGISTRO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA, COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 2 ANOS	4,80	4.800,00
14	351.046	3.000	TES	DETERMINAÇÃO DE COLESTEROL HDL, MÉTODO PRECIPITAÇÃO, TOTALMENTE ENZIMÁTICO, C/ SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO), E REGISTRO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA, COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 2 ANOS	0,49	1.470,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

15	351.047	41.650	TES	DOSAGEM DE GLICOSE EM AMOSTRAS DE SANGUE PELO METODO ENZIMÁTICO – COLORÍMETRO, PRONTO PARA USO. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 500 MG/DL. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA C/ PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	0,046	1.915,90
16	351.048	9.310	TES	DOSAGEM DE HBA1C EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO IMUNOTURBIDIMETRIA. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM HEMOLISANTE FRAÇÃO A1C DIRETA SEM CALCULO DESEMPENHO DO SISTEMA ANALITICO: LINEARIDADE MINIMO DE 16,0% COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	8,733	81.304,23
17	351.049	26.640	TES	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO ENZIMÁTICO-COLORÍMETRO, PRONTO PARA USO. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 500mg/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	0,135	3.596,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

18	351.050	14.630	TES	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO DIRETO, PRONTO PARA USO. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 190mg/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	1,438	21.037,94
19	351.051	7.980	TES	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO SURFACTANTE SELETIVO, PRONTO PARA USO. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 900mg/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	9,376	74.820,48
20	351.052	26.640	TES	DOSAGEM DE TRIGLICÉRIDES EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO ENZIMÁTICO, PRONTO PARA USO. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 1.100mg/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	0,324	8.631,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

21	351.053	21.600	TES	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO EM AMOSTRAS DE SANGUE, PELO MÉTODO ENZIMÁTICO-COLORÍMETRO, PRONTO PARA USO. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 20mg/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	0,145	3.132,00
22	351.054	19.980	TES	DOSAGEM DE UREIA EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO ENZIMÁTICO UV, PRONTO PARA USO. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 250mg/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	0,211	4.215,78
23	351.055	22.500	TES	DOSAGEM DE CREATININA EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO ENZIMÁTICO-TRINDER, PRONTO PARA USO. REAGENTE PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 12mg/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	0,713	16.042,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

24	351.056	15.000	TES	DOSAGEM DE TGO EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO CINÉTICO, PRONTO PARA USO. REAGENTE DE PIRODOXAL FOSFATO PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 400U/L. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	0,184	2.760,00
25	351.057	15.000	TES	DOSAGEM DE TGP EM AMOSTRAS DE SANGUE PELO MÉTODO CINÉTICO, PRONTO PARA USO. REAGENTE DE PIRODOXAL FOSFATO PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 400U/L. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	0,184	2.760,00
26	351.058	9.520	TES	DOSAGEM DE GAMA GT EM AMOSTRAS DE SANGUE. PELO MÉTODO CINÉTICO, PRONTO PARA USO PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. DESEMPENHO DO SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO DE 700U/L. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	0,353	3.360,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

27	351.059	10	FR	CALIBRA H PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	58,117	581,17
28	351.060	20	FR	QUALITROL 1 PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	75,417	1.508,34
29	351.061	20	FR	QUALITROL 2 PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	75,417	1.508,34
30	351.062	6	FR	CALIBRA HBA1C PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	344,617	2.067,702
31	351.063	25	FR	GLICOTROL-CONTROLE HBA1C PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	189,533	4738,325
32	351.064	10	FR	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	110,667	1.106,67
33	351.065	10	FR	SOLUÇÃO ALCALINA PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	110,667	1.106,67



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

34	351.066	10	FR	SOLUÇÃO LAVAGEM PARA EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO-BIOQUÍMICA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	50,00	500,00
35	351.067	24	FR	LISANTE PARA O EQUIPAMENTO SDH-20 – HEMATOLOGIA, SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO; WBC 3%, RBC 2%, HBG 3%. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	662,333	15.895,992
36	351.068	24	FR	DILUENTE PARA O EQUIPAMENTO SDH-20 – HEMATOLOGIA SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO; WBC 3%, RBC 2%, HBG 3%. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	334,067	8.017,608
37	351.069	15	FR	CLEANER (LIMPEZA) PARA O EQUIPAMENTO SDH-20 - HEMATOLOGIA SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO; WBC 3%, RBC 2%, HBG 3%. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS.	683,333	10.249,995



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

38	351.009	1.000	TES	IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DETECÇÃO DE HCG EM SORO/URINA (TIRAS REAGENTES - TESTE PACK) COM SENSIBILIDADE DE 25 m UI/ML, REF. LABTEST, EBRAM. INLAB, COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 20 ANOS	1,812	1.812,00
39	351.033	21.000	TIRAS	TIRAS REAGENTES P/ UROANÁLISE C/ 10 ÁREAS COMO: ÁREAS DE DENSIDADE URINÁRIA, PH, LEUCÓCITO, NITRITOS, PROTEÍNAS, GLICOSE, CORPOS CETÔNICOS, UROBILINOGÊNIO, BILIRRUBINAS E SANGUE, COM SISTEMA DE QUALIDADE CERIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E /OU ANVISA, COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	0,374	7.854,00
40	350.796	75	FR	TUBO CAPILAR SEM HEPARINA PARA DETERMINAÇÃO DE MICROHEMATÓCLITO C/ 500 UNIDADES	11,048	828,60
41	350.912	20	FR	SORO ANTI-A PARA DETERMINAÇÃO DE GRUPO SANGUÍNEO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA REF. JOHNSONS, SANOFI, PROTHEMO COM PRAZO DE VALIDADE NO MINIMO 2 ANOS	21,525	430,50
42	350.913	20	FR	SORO ANTI-B PARA DETERMINAÇÃO DE GRUPO SANGUÍNEO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA REF. JOHNSONS, SANOFI, PROTHEMO COM PRAZO DE VALIDADE NO MINIMO 2 ANOS	21,525	430,50
43	350.914	20	FR	SORO ANTI-D (RH) PARA DETERMINAÇÃO DE FATOR RH, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA REF. JOHNSONS, SANOFI, PROTHEMO COM PRAZO DE VALIDADE NO MINIMO 2 ANOS	38,35	767,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

44	350.876	35	KIT	SISTEMA DE COLORAÇÃO DIFERENCIAL P/ HEMATOLOGIA (COLORAÇÃO DE CÉLULAS SANGUINEAS)MÉTODO PANÓTICO RÁPIDO (Nº1,2,3)500ML CADA, REF. LABORCLIN E COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	40,553	1.419,355
45	350.916	10	FR	SISTEMA DE COLORAÇÃO DIFERENCIAL PARA HEMATOLOGIA (COLORAÇÃO DE CÉLULAS SANGUINEAS) MÉTODO PANÓTICO RÁPIDO, Nº1 COM 500 ML, REF. LABORCLIN EM COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	19,853	198,53
46	350.917	100	KG	SABÃO EM PÓ - DETERGENTE ESPECIAL P/ LIMPEZA DE MATERIAL DE LABORATÓRIO (VIDRARIA) COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	14,51	1.451,00
47	350.888	2.100	TES	DETECÇÃO DO FATOR REUMATÓIDE (LATEX), USANDO PARTÍCULAS DE LATÉX REVESTIDAS COM IGG HUMANA POR AGLUTINAÇÃO DIRETA, COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA, REF. LABTEST, WIENER, EBRAM, WANA C/ PRAZO VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	0,652	1.369,20
48	351.004	5.000	TES	DETERMINAÇÃO DE ANTICORPOS NO SORO/PLASMA, TESTE CORADO P/ DIAGNÓSTICO,C/CONTROLE POSITIVO E NEGATIVO P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS,TÉCNICA VDRL, PRONTO P/ USO, C/ SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E /OU ANVISA, REF. LABEST, LABORCLIN, EBRAM, BEHRING COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	0,188	940,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

49	351.010	4.000	TES	DETECÇÃO DA PROTEÍNA C REATIVA (PCR), USANDO PARTÍCULAS DE LÁTEX REVESTIDAS COM ANTICORPO MONOCLONAL ANTI-PCR, POR AGLUTINAÇÃO DIRETA, COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA REF. LABTEST, WIENER, EBRAM, BEHRING, C/ PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	0,826	3.304,00
50	351.011	1.500	TES	DETECÇÃO DE ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO) EM AMOSTRAS DE SORO, USANDO PARTÍCULAS DE LÁTEX REVESTIDAS COM ESTREPTOLISINA O, POR AGLUTINAÇÃO DIRETA, COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU ANVISA, C/ PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	0,988	1.482,00
51	351.012	2.000	TES	DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE SANGUE NAS FEZES (SANGUE OCULTO), POR MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFICO (IMUNORÁPIDO), COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. REF. LABTEST, INOVA/BIOTEC, COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	6,334	12.668,00
52	351.070	35	FR	SOLUÇÃO ENZIMÁTICA COM AÇÃO PROTEOLÍTICA PARA LIMPEZA DE CONTADOR HEMATOLÓGICO AUTOMÁTICO, PARA O CONTADOR MARCA ABX, MODELO MICROS 60, SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO; WBC 0-100x103/MM3 RBC 0-8 x106/MM3, HBG 0-26g/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO	82,563	2.889,705



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

				(ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS		
53	351.071	20	FR	SOLUÇÃO LISANTE ERITROCITÁRIO PARA CONTAGEM E DIFERENCIAÇÃO DOS LEUCÓCITOS E DETERMINAÇÃO DA HEMOGLOBINA, MODELO MICROS 60, PARA O CONTADOR MARCA ABX, MODELO MICROS 60, SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO; WBC 0-100x103/MM3 RBC 0-8 x106/MM3, HBG 0-26g/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	207,138	4.142,76
54	351.072	35	FR	SOLUÇÃO ISOTÔNICA TAMPONADA P/ DETERMINAÇÃO DOS ELEMENTOS FIGURADOS DO SANGUE E A MEDIDA DO HEMATÓCRITO PARA O CONTADOR MARCA ABX, MODELO MICROS 60, SISTEMA ANALÍTICO: LINEARIDADE MÍNIMO; WBC 0-100x103/MM3 RBC 0-8 x106/MM3, HBG 0-26g/dl. COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO (ISO) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU ANVISA. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS	131,638	4.607,33
55	350.032	10	FR	ÓLEO IMERSÃO PARA MICROSCOPIA COM 100 ML CADA, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA 2 ANOS	14,765	147,65
56	350.924	60	UN	TUBO CÔNICO DE VIDRO, GRADUADO DE 10 ML PARA EXAME URINA	4,26	255,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

57	350.953	65	CX	LAMÍNULAS PARA MICROSCOPIA, 24X24 MM, CAIXA C/ 100 UNIDADES CADA, REF.PERFECTA, BIOSLIDE, BIOGLASS	2,993	194,545
58	350.925	15	CX	LAMÍNULAS PARA MICROSCOPIA 20x26 mm P/ CÂMARA DE CONTAGEM DE FUCHS-ROSENTHAL/NEUBAUER - CX C/ 20 UNIDADES, REF. PERFECTA, BIOSLIDE, BIOGLASS	18,485	277,275
59	350.027	500	CX	LÂMINA PARA MICROSCOPIA 26x76 mm NÃO LAPIDADA - CX C/ 50 UNIDADES REF. PERFECTA, BIOSLIDE, BIOGLASS	2,843	1.421,50
60	350.926	30	CX	LÂMINA PARA MICROSCOPIA 26x76 mm C/ EXTREMIDADE FOSCA, CX C/ 50 UNIDADES, REF. PERFECTA, BIOSLIDE, BIOGLASS	3,317	99,51
61	350.928	3	UN	COLUNA DEIONIZADORA PERMUTATION 1800 LT (BASE DE TROCA), COM PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS	136,50	409,50
62	350.929	20	UN	CÂMARA DE CONTAGEM PARA URINA FUCHS-ROSENTHAL	140,55	2.811,00
63	350.892	30	UN	GASPILHÃO GRANDE Nº 05	3,703	111,09
64	350.893	30	UN	GASPILHÃO MÉDIO Nº 03	3,528	105,84
65	350.894	30	UN	GASPILHÃO PEQUENO Nº 01	3,30	99,00
66	350.930	120	UN	CÁLICE P/ SEDIMENTAÇÃO DE FEZES, 125 ML VIDRO/PLÁSTICO C/ BASE	4,643	557,16
67	350.873	20	UN	ESTANTE P/ TUBOS DE ENSAIO PLÁSTICO P/ 60 ou 72 TUBOS , COM DIAMETRO DE 17 mm	20,925	418,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

68	350.931	50	CX	BANDAGEM ANTI-SÉPTICA, HIPOALÉRGICA P/ USO APÓS PUNÇÃO VENOSA - CX C/ 500 UND – ADULTA E PEDIATRICA, PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 2 ANOS	16,278	813,90
69	350.932	6.000	UN	TAMIS (PENEIRA) DESCARTÁVEL P/ EXAMES DE FEZES	0,49	2.940,00
70	350.984	6	UN	LÂMPADA P/ MICROSCÓPIO NIKON ALPHAPHOT E ECLIPSE 200 DE HALOGENIO 6V, 20 WATTS	19,00	114,00
71	350.954	40	UN	SOLUÇÃO PARA LIMPEZA DE CUBETA DE FLUXO BIOCLEAN BIOPLUS 2000 50ML COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 02 ANOS	46,293	1.851,72
72	350.946	6	UN	LAMPADA P/ ESPECTROFOTOMETRO BIO PLUS 2000	258,933	1.553,598
73	351.013	30	UN	TUBO PERISTÁLTICO DA BOMBA BIOPLUS 2000	26,78	803,40
74	351.034	40	CX	BANDAGEM ANTI-SÉPTICA, HIPOALÉRGICA P/ USO APÓS PUNÇÃO VENOSA - CX C/ 500 UN – INFANTIL, COM PRAZO DE VALIDADE MINIMA 2 ANOS	18,893	755,72
75	340469	20	FR	PISETA 250ML	3,388	67,76
76	350880	10	UN	RELÓGIO MARCADOR DE TEMPO - MINUTEIRO	20,063	200,63
77	340074	3	UN	ESTANTE PARA TUBOS DE VHS	137,947	413,841
78	350.466	2.500	UN	TUBOS PARA VHS	1,93	4.825,00
79	350479	3	UN	PIPETA AUTOMÁTICA REGULÁVEL DE 100 A 1000 MICROLITROS COM DIVISÃO DE 50 MICROLITROS	223,685	671,055
80	350511	5	UN	LÁPIS DERMATOGRÁFICO PRETO	6,967	34,835



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

81	350512	3	UN	LÂMPADA P/ AGLUTINOSCÓPIO	29,00	87,00
82	350537	5.000	UN	TUBO PARA CONGELAMENTO 2,0 ML	0,288	1.440,00
83	351.035	10	UM	PLACA ESCAVADA	40,98	409,80
84	351.036	5	UN	FILTRO DA OSMOSE REVERSA- LEITO MISTO- PARA LABMAX PLENNO	180,00	900,00
85	351.037	5	UN	FILTRO DA OSMOSE REVERSA- CARVÃO ATIVADO- PARA LABMAX PLENNO	92,50	462,50
86	351.038	5	UN	FILTRO DA OSMOSE REVERSA- BACTERIOLÓGICO- PARA LABMAX PLENNO	705,00	3.525,00
87	351.039	5	UN	FILTRO DA OSMOSE REVERSA- MEMBRANA- PARA LABMAX PLENNO	555,00	2.775,00
88	351.040	2	UN	LÂMPADA LABMAX PLENNO	2.120,00	4.240,00
89	351.041	2	UN	CUBETAS DE REAÇÃO CJ DE CUBETAS DE REAÇÃO P/ EQUIPAMENTO LABMAX PLENNO PCT C/ 10 UNIDADE	1.323,33	2.646,666
90	351.042	5000	UN	PIPETA PLÁSTICA	0,063	315,00
91	351.043	2	UN	PIPETA DOSADORA	19,945	39,89
92	108.024 3	2	UN	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO	2.566,56	5.133,12
93	108.023 3	2	UN	CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS	745,00	1.490,00
94	351.073	10	FR	SORO DE COOMBS	28,61	286,10
95	351.074	10000	UN	CÂMARAS DESCARTÁVEIS	2,10	21.000,00
96	351.075	30000	UN	COLETOR PLÁSTICO CONICO COM TAMPA PARA URINA	0,427	12.810,00
Total:						620.513,09



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

Os itens 15 ao 37, 52 ao 54 e 84 ao 89 pedidos, são para os equipamentos Labmax Plenno, SDH 20, Micros ABX 60 e Osmose Reversa da Permuton, os calibradores usados nos equipamentos devem ser da mesma marca dos reagentes oferecidos.

A empresa deverá indicar funcionários aptos para desempenharem assessoria técnica e científica. E se comprometerá a reprogramar os equipamentos para uso desses reagentes, sem custo para a Prefeitura.

Os reagentes para os exames de colesterol total, HDL e Triglicerídeos necessitam ser da mesma marca, pois para se realizar a fração do colesterol VLDL, é necessário se fazer conta dos resultados dos exames acima para se achar o resultado, visto que não existe reagente específico para VLDL. Se for comprado reagentes de marcas diferentes ocorrerá divergência no resultado, por que de uma marca para outra existem variações de valores de referência.

4 – OBSERVAÇÕES

a) O material descrito deverá seguir às normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária, e a licitante, quando da entrega, deverá apresentar registros para todos os produtos, ou comprovante da isenção do respectivo registro.

b) Os materiais médicos e correlatos, classificados como de uso da saúde, deverão ser entregues acompanhados para cada lote, do original ou cópia autenticada do Laudo Analítico – Laboratorial (Certificado de Análise), bem como de cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme Portaria / MS nº. 3.718, de 08/10/98.

Marcelo Luiz Galotti Pereira
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

ANEXO II
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº. 077/2014 – Modalidade: Pregão – Tipo: Menor Preço por Item
Consumidor: Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo - SP.

Licitante: _____

CNPJ: _____

Telefone _____ Fax _____

E-mail _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado _____ CEP: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA/PROCEDENCIA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

1 - Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de 60 (sessenta) dias, com pagamento através do Banco _____ Agência nº _____ C/C nº _____, na Cidade de _____, Cidade-UF, de _____ de _____ 2014.

2 – O preço desta proposta permanecerá fixo e irrevogável.

3 - Prazo de execução dos serviços: imediato após ordem de serviço.

4 – Local dos serviços: Conforme especificado na ordem de serviço.

Nome por extenso do representante legal: _____

RG nº. _____ SSP _____ CPF/MF: nº. _____

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

ANEXO III

DECLARAÇÃO

(nome da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº-----, neste ato representada por....., portador da C.I. nº, inscrito no CPF sob o nº, declara, para os fins do Processo Licitatório nº, Pregão nº, que atende plenamente aos requisitos de habilitação exigidos para a participação no supra referido certame.

_____, de

Representante legal
(Número da Carteira de Identidade do Declarante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(nome da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº-----, neste ato representada por....., portador da C.I. nº, inscrito no CPF sob o nº, declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

_____, de

Representante legal
(Número da Carteira de Identidade do Declarante)

Observação: se a licitante empregar menor, na qualidade de aprendiz a partir de 14 anos, deverá constar na declaração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(nome da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº-----, neste ato representada por....., portador da C.I. nº, inscrito no CPF sob o nº, declara, para os devidos fins, que não está impedida de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública.

_____, de

Representante legal
(Número da Carteira de Identidade do Declarante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SE ENQUADRAR COMO ME OU EPP)

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e Data)

(Número da Carteira de Identidade do Declarante)

_____, de

Representante legal
(Número da Carteira de Identidade do Declarante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

ANEXO VII
DECLARAÇÃO RELATIVA AO ARTIGO 117 DA C. E.

A empresa _____ sediada à Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão presencial para registro de preços nº 77/14, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, que cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados, em atendimento à Constituição do Estado de São Paulo, artigo 117, parágrafo único, (apenas se tiver matriz, ou filial, instaladas neste Estado de São Paulo).

Local e data

nome e identidade do declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

ANEXO VIII

MNUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.

PREGÃO Nº. ____/____

PROCESSO Nº.

Aos _____ de _____, no Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão Pública, situado à Praça dos Três Poderes, nº. 01 - Centro, o Secretário _____, nos termos do art. 11, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 09 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, RESOLVE registrar os preços para o objeto constante desta ata, a serem utilizados pelo Município, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/____, homologado pela Exmo. Secretário, as folhas _____, tendo sido as referidas propostas oferecidas pelas empresas constantes desta ata, cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem.

1. DO OBJETO:

O objeto da presente Licitação tem por objeto Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de material e equipamentos de laboratório para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Laboratório Municipal.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - 2.1- A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data da publicação do Extrato da Ata no órgão competente.

2.2- Durante o prazo de vigência desta Ata, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO não será obrigada a adquirir os serviços referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa;

2.3. Caso a empresa não cumpra as condições e prazos estabelecidos para entrega do objeto contratual, o registro de preço relativo à contratada será revogado mediante ato fundamentado, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Edital, bem como da apuração inidoneidade da empresa licitante, oportunidade que será convocado a empresa subseqüentemente classificada, respeitada a ordem classificatória, para nas mesmas condições estabelecidas no instrumento convocatório possa lhe ser adjudicado objeto da pretensa contratação.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participação deste certame, mediante prévia consulta à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO (órgão gerenciador) e anuência da(s) empresa(s), desde que devidamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

comprovada a vantagem e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, e no Decreto Municipal nºs 3.825/09.

3.2- Caberá à(s) empresa(s) fornecedoras beneficiárias da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não dos serviços, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que estes serviços não prejudiquem as obrigações anteriormente assumidas;

3.3- Os órgãos usuários não serão obrigados a adquirir os serviços ora registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de serviços em igualdade de condições.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos Serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Cep:

Tel/Fax:

Representante:

RG: CPF:

Email:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTID.	UNID.	EMPRESA	MARCA	VALOR UNIT.

5. DA CONVOCAÇÃO PARA O FORNECIMENTO

5.1. Serão executoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados nesta ata, as empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar;

5.2. A convocação para os serviços será feita através da emissão e encaminhamento da **ordem de fornecimento** à detentora dos preços registrados;

5.3. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, estará sujeita as penalidades explicitadas no edital do Pregão Presencial para Registro de preços n. _____ e na Legislação em vigor e ainda, a Administração convocará a empresa subsequentemente classificada, na devida ordem classificatória, para efetuar os fornecimentos, podendo ser registradas tantas empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item;

5.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços;

5.6. Os fornecimentos desta licitação deverão ser executados acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho;

5.7. A licitante detentora da Ata de registro de preços ficará obrigada, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de registro de preços e referentes a este Pregão, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma;

5.8. Em cada serviço, se a quantidade e/ou qualidade do serviço entregue não corresponder ao exigido



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

neste Edital e na Ata de Registro de Preços, a detentora será convocada para, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério do Órgão Gerenciador da Ata e da Autoridade Competente.

5.9. O local e quaisquer especificações para a entrega do objeto desta ATA será a especificada no edital do Pregão Presencial para registro de Preços n._____, seus anexos e ainda na própria Ordem de Fornecimento.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo as necessidades da unidade requisitante, a qual emitirá Ordem de Fornecimento durante a vigência da ata, conforme as condições estabelecidas nesta ATA ou na própria Ordem de Fornecimento;

6.2. A execução do objeto será acompanhada, conforme o caso, nos termos dos arts. 67 a 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.3. A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com as especificações constantes do termo de referência (art. 76 da Lei Federal nº. 8.666/93), anexo I do edital do pregão presencial para Registro de Preços n._____.

6.4. O fornecimento será objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, "a", da Lei federal nº. 8.666/93.

6.5. O fornecimento será objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, "b", da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.6. O(s) contratado(s) fica(m) obrigado(s) a substituir o(s) produto(s) que vier(em) a ser recusado(s), sendo que o recebimento previsto no subitem 13.4 não importará sua aceitação.

6.7. O prazo para o fornecimento será de 10 (dez) dias, contadas do recebimento, pelo fornecedor, de cada solicitação de fornecimento (Ordem de Fornecimento).

7. DO PAGAMENTO

7.1- O pagamento devido ao (s) contratado (s) será efetuado **em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal**, mediante depósito na conta bancária fornecida pelo licitante vencedor, ficando ainda condicionado ao seguinte:

a) Apresentação de atestados expedidos pela Secretaria ordenadora da despesa que comprovem a efetiva e satisfatória entrega do objeto do presente edital.

b) Apresentação de certidões negativas de débito relativas à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) atualizadas.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

8.1 - Os contratos de fornecimento decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados através da emissão da nota de empenho ou assinatura de contrato perante a Secretaria de Gestão Pública.

8.2- As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que serviços deles decorrentes estiverem previstos para data posterior a do seu vencimento.

8.3- Cada Ordem de Fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do serviço conforme o preço oferecido pela empresa vencedora, a quantidade pretendida, o local da entrega do objeto, o carimbo e a assinatura do responsável.

8.4- O fornecimento deverá ser executado acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso, acompanhado da respectiva Ordem de Serviço e a devida Nota de Empenho.

8.5 - A empresa detentora desta ATA, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e horário em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

8.6 - A cópia da ordem de Serviço referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

9 - DAS SANÇÕES

Aplicam-se às contratações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto Municipal n.º 3.950, 21 de março de 2011 (Anexo IX do Instrumento Convocatório), conforme o caso.

10 - DO REEQUILIBRIO OU REVISÃO DOS PREÇOS

10.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a PREFEITURA as necessárias negociações junto as Detentoras dos Preços Registrados;

10.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA deverá:

a) Convocar a detentora dos preços registrados visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) Caso seja frustrada a negociação, a Detentora dos Preços Registrados será liberada do compromisso assumido; e,

c) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

10.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Detentora dos Preços Registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA poderá:

a) Liberar a Detentora dos Preços Registrados do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Ordem de Fornecimento; e,

b) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

10.4. Não havendo êxito nas negociações, a PREFEITURA procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

10.5. O requerimento de que trata o subitem 12.5.3 deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela detentora dos preços registrados;

10.5.1. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de documentos que comprovem a solicitação, tais como: requerimento com justificativa; lista de preços de fabricante; notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos; nota fiscal referente a compra do produto na época da realização do certame e a atual do fornecedor ou de concorrente; documentos que comprove o transporte de mercadorias incluindo pedágio e fretes, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços;

10.5.2. Junto ao requerimento, a detentora dos preços registrados deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado, e demais comprovantes que se mostrarem pertinente ao caso ou que sejam solicitados pelo Órgão Gerenciador;

10.5.3. A PREFEITURA, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à análise para reequilíbrio ou revisão dos preços;

10.5.4. Os preços inicialmente registrados, deverão permanecer inalterados, pelo período de validade da Ata de Registro de Preços, salvo a ocorrência das excepcionalidades já mencionadas e desde que devidamente comprovadas pela licitante e, posteriormente, acatadas pelo Órgão Gerenciador da Ata;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

10.5.5. Os pedidos de atualização dos preços se necessário tal equilíbrio, só serão recebidos se a contratada comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme exigência do sub item 10.5.1 e 10.5.2;

10.5.6. O documento do licitante que solicita o reequilíbrio econômico-financeiro, deverá ser protocolado na Secretaria Municipal de Gestão Pública;

10.5.7. O documento do locador solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro será apreciado pelas autoridades competentes e submetida ao Setor Jurídico do Município, para efeitos de parecer e análise;

10.5.8. As alterações decorrentes do reequilíbrio e/ou revisão dos preços serão publicadas e ficarão disponibilizados em meio eletrônico na página da PREFEITURA durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

10.5.9. É vedado à Detentora dos Preços Registros interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão ou reequilíbrio de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções pré-definidas neste Edital e na Legislação pertinente.

10.5.10 - Não serão aceitos pedidos de reajuste (conforme art. 2º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, no período de vigência da presente ata.

§ 1º "É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano"

11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A detentora dos preços registrados terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

e,
d) tiver presentes razões de interesse público.

11.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente;

11.3. A Detentora dos Preços Registrados poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12. DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

12.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário requisitante.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

13.1. Se a eventual e futura contratação ocorrer neste exercício, a respectiva despesa decorrente da contratação, objeto desta licitação, correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

332.020601 Fundo Municipal de Saúde
44905200 Equipamentos e Material Permanente
122 Administração Geral
10 Saúde
0425 Saúde para todos
2025 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
013100000 saúde-geral

33903000 Material de consumo
122 Administração Geral
10 Saúde
0425 Saúde para todos
2025 manutenção do Fundo Municipal de Saúde
013100000 saúde-geral

303.020601 Fundo Municipal de Saúde

336.020601 Fundo Municipal de Saúde
33903000 Material de consumo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

301 Atenção Básica
10 Saúde
0025 Saúde para todos

2055 Bloco de Atenção Básica
053000001 Bloco de atenção básica

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Vincula-se à presente ata de registro de preços, para todos os efeitos legais, ficando dela fazendo parte integrante, o edital de licitação, o termo de referência, a (s) proposta (s) apresentada (s) pela (s) detentoras e todos os demais documentos constantes do Pregão nº. ____/____.

14.2. A (s) detentora (s) da presente ata fica (m) obrigada (s) a manter, durante a vigência da presente ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.3. Fica eleito o foro desta Comarca de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

14.5. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços na modalidade Pregão, a Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, com as demais normas aplicáveis.

14.6. Ficam conferidas à Administração Pública todas as prerrogativas que lhe decorrem da Lei 8.666/93, inclusive aquelas previstas em seu art. 58.

São José do Rio Pardo, ____ de _____ de 2014.

Secretário Municipal de

Detentora (s)

Testemunhas:

1) _____

2) _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 3.950, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Regulamenta a aplicação de sanção, em especial de multas nos procedimentos licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Município de São José do Rio Pardo e dá providências correlatas.

João Luis Soares da Cunha, Prefeito do Município de São José do Rio Pardo, São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do artigo 83, inciso XI da Lei Orgânica do Município, tendo como fundamento a regra do artigo 115 da Lei nº 8.666/93, considerando a faculdade de expedir normas para a realização de seus procedimentos licitatórios; considerando que a Lei nº 8.666/93, ao se referir à multa o faz genericamente e considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros para a aplicação de sanção.

DECRETA:

Art. 1º – A aplicação de multa na infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002, no âmbito de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2º – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do Município de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:

I – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

II - Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Art. 3º – O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, obra, ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I – multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

II – Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

Parágrafo Único – A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou contrato, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no Art. 4º



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

deste Decreto.

Art. 4º - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

- I – multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
- II – multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Art. 5º O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo Único – A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação de multa prevista no Art. 4º deste Decreto, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no “caput” deste artigo.

Art. 6º O pedido de prorrogação de prazo final da obra e/ou serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

Art. 7º As multas referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

§ 1º Verificando que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a Prefeitura Municipal, reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

§ 2º Caso a contratada tenha prestado garantia, e esta for insuficiente para cobrir o valor da multa, será retida a diferença, nos termos disciplinados no parágrafo anterior.

§ 3º Se esta Prefeitura Municipal decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada devidamente corrigido pelo IPC-FIPE.

Art. 8º As normas estabelecidas neste Decreto deverão constar em todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexecutabilidade de licitação.

Art. 9º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 3.920, de 13 de dezembro de 2010.

São José do Rio Pardo, 21 de março de 2011.

João Luís Soares da Cunha
Prefeito

Publicada por afixação em quadro próprio de editais na Sede da Prefeitura Municipal, nesta data.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

Walkyr Veronese Junior
Secretario Municipal de Gestão Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/___

ANEXO X

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Município de **SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**

Órgão ou Entidade: Prefeitura Municipal.

Ata de Registro de Preços nº ___/14

Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de material e equipamentos de laboratório para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Laboratório Municipal.

Contratante: Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo

Contratada: _____

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São José do Rio Pardo, aos ___ de _____ de 2014.

Secretário Municipal

Contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/14

R E C I B O D E E D I T A L
(retirado pela Internet)

A empresa _____,
com endereço para correspondência à _____,
na cidade de _____/_____, fone (0xx____) _____, fac
símile (0xx____) _____, e-mail _____ **RECEBEU**

o pregão nº 77/14, via download, cujo objeto refere-se ao Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de material e equipamentos de laboratório para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Laboratório Municipal, composto de edital do certame e anexos nele citados.

Nome por extenso: _____

Assinatura: _____

Data: _____.

OBS:

1 - Os interessados em participar desta licitação que retirarem o edital pela Internet deverão remeter este formulário à Prefeitura, devidamente preenchido e assinado, podendo ser enviado via email licitacao@saojosedorioopardo.sp.gov.br .



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 77/14

R E C I B O D E E D I T A L
(retirado na Prefeitura)

A empresa _____,
com endereço para correspondência à _____,
na cidade de _____/_____, fone (0xx____) _____,
fac símile (0xx____) _____, e-mail _____

RETIROU o pregão nº 77/14, cujo objeto refere-se ao Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de material e equipamentos de laboratório para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Laboratório Municipal, composto de edital do certame e anexos nele citados.

Nome por extenso: _____

Assinatura: _____

Data: _____.